

## **RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: (RE)SIGNIFICANDO A FORMAÇÃO DOCENTE**

*Cláudia Monique Lima de Assis Brasil: Autor<sup>1</sup>*

*Eliane Freire do Santos: Coautor<sup>2</sup>*

*Francisca Pereira Salvino: Orientadora<sup>3</sup>*

### **INTRODUÇÃO**

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) é uma atividade desenvolvida pela Política Nacional de Formação de Professores, que tem por objetivo impulsionar a formação prática nos cursos de licenciatura, inserindo o licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade do seu curso.

Objetivando um maior aprofundamento a respeito da formação docente e preparação à implementação do PRP, a coordenação do subprojeto de Pedagogia, realizou no período de 06 de agosto de 2018 a 26 de setembro de 2018, às segundas e quartas-feiras, no Centro de Integração Acadêmica (CIAC) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus I), o curso de formação para residentes e preceptoras. O curso teve carga horária de 60 horas com aulas expositivas; pesquisas livres; leitura, discussão e produção textual; mesas temáticas, incluindo atividades presenciais e a distância, por meio do Google Sala de Aula.

Nesse contexto, abordamos as temáticas: Formação de Professores e pedagogos; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB/1996); Tecnologia da Informação (TI) enquanto recurso didático-pedagógico; Letramento em linguagens e Matemática.

### **METODOLOGIA**

A presente pesquisa consiste em estudo bibliográfico, de cunho explicativa, que toma como referência empírica nossos diários de campo, nos quais constam as aprendizagens mais

---

<sup>1</sup>Graduanda em Licenciatura em Pedagogia e bolsista do Programa de Residência Pedagógica pela Universidade Estadual da Paraíba - E-mail: moniquebrasil82@gmail.com

<sup>2</sup>Graduanda em Licenciatura em Pedagogia e bolsista do Programa de Residência Pedagógica pela Universidade Estadual da Paraíba - Email: elianef.santos@outlook.com

<sup>3</sup>Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) –fransalvino@gmail.com.

significativas do período. Como Lima (2002, p. 41), “o trabalho docente é colocar esses saberes em movimento e, dessa forma, construir e reconstruir o conhecimento ensinando e aprendendo com a vida, com os livros, com a instituição, com o trabalho, com as pessoas, com os cursos que frequenta, com a própria história”. Também Santos (1999) destaca que a finalidade da pesquisa explicativa consiste na criação e explicação de determinada teoria sobre um processo, fenômeno e/ou fato.

## **DESENVOLVIMENTO: FORMAÇÃO DOCENTE POR MEIO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA**

O PRP, dentre outros resultados, pretende desmistificar a ideia de que a prática da docência é divergente do aporte teórico estudado durante a graduação, uma vez que a realidade das escolas se apresenta diferente do que muitas vezes é idealizado. Assim, deve promover a aproximação entre teoria e prática. Para tanto, o PRP deve integralizar uma carga horária de 440 horas em cinco etapas, um curso de preparação para a imersão na escola, quando se realizam atividades de observação, planejamento, regência de classe, reflexão acerca dessas atividades, produção de textos e divulgação dos resultados.

Com o fim da ditadura militar (1985) e o processo de redemocratização, o Estado e as políticas educacionais, dentre as quais as de formação docente entram em processo de reforma. A LDB, Lei nº 9.394/1996, reflete esse movimento e estipula mudanças ao nível superior de ensino para a formação de professores para a educação básica. Como dizem Gatti e Barreto (2009, p. 42), “Pode-se interpretar que se busca um rompimento com estruturas tradicionais de formação, mobilizando os instituídos já cristalizados em direção a uma transformação nas ações formativas”.

A partir de então, tivemos melhorias significativas na educação brasileira, tais como: revisão da legislação educacional; aumento nos investimentos com a criação de fundos como FUNDEF<sup>4</sup> e FUNDEB; instauração de conselhos escolares e nas redes de ensino; definição de valor custo-aluno; piso salarial para os profissionais; exigências em torno dos projetos pedagógicos das escolas; investimento em formação docente inicial e continuada, dentre outras. Todavia, cega-se à década de 2010 ainda com sérios problemas educacionais, principalmente

---

<sup>4</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

no tocante à qualidade, uma vez que o acesso e permanência dos estudantes, bem como os indicadores de formação melhoraram bastante.

A formação docente continuou sendo alvo de críticas, devido as imprecisões, excesso de teorizações e pouco desdobramentos práticos; questionamentos quanto a relevância dos estágios, sendo este apontado como dos principais aspectos de tensões e conflitos. Para transformação dessa realidade é que o Programa de Residência Pedagógica foi implantado em 2018, propondo a revisão dos aportes teóricos-metodológicos, para inovar os percursos formativos e poder contribuir a formação de profissionais diferenciados e mais preparado, considerando-se a qualidade da preparação destes.

É nesse processo, que ocorre a primeira etapa de implementação do PRP com um curso de formação/preparação para as etapas seguintes, que seriam imersão no ambiente escolar, com observações participativas, regência de classe e permanente reflexão acerca dessas etapas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO: A PREPARAÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA**

O curso teve início com um seminário sobre “Formação docente e Licenciatura em Pedagogia, quando as ministrantes (residentes) discorreram sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), lembrando que a primeira LDB aprovada no Brasil foi a Lei nº 4.024/1961, reformulada pela Lei nº 5.692/1971. Nesta a estrutura formativa do ensino se dava da seguinte forma: 1º grau (1ª a 8ª série), 2º grau (1º ao 3º ano) que era dividido em científico e profissionalizante, incluindo-se nestes os cursos de Magistério (formação de professores Polivalentes para pré-escola e séries iniciais do 1º grau).

Com a LDB/1996 passa a ter 2 níveis: educação básica e ensino superior, sendo o primeiro dividido em educação infantil, ensino fundamental e médio. Toda a legislação foi revista e em 2013 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN) e em 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que são os principais documentos definidores dos currículos no Brasil atualmente.

As DCN enfatizam a garantia constitucional pelo direito a educação de qualidade, pois é através dela que o indivíduo pode trilhar um caminho de emancipação de forma sistemática e organizada para garantia de seu próprio desenvolvimento e possível contribuição para uma sociedade que exerça a equidade. “A garantia do Ensino Fundamental de qualidade para todos

está intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e à redução da pobreza, ao mesmo tempo em que tem um papel importante nesse processo” (BRASIL, 2013, p. 107).

No tocante ao ensino fundamental as DCN definem a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 6 anos, com ênfase na alfabetização ao longo dos três primeiros anos. Também as DCN e a BNCC têm o objetivo de regulamentar o que se precisa e deve ser ensinado, mas as questões da prática dizem respeito aos currículos e aos profissionais e esses não estão regulamentados no sentido de haver um padrão. Devem ser construídos de acordo com a especificidade de cada escola, de tal modo que os aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social sejam priorizados na sua formação, complementando a ação da família e da comunidade e, ao mesmo tempo, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo com qualidade social.

A BNCC é um texto que, em conformidade com a LDB e com o Plano Nacional de Educação (PNE), pretende fortalecer os conceitos fundamentais e estabelecer objetivos gerais que sirvam de base para desenvolver competências, habilidades e valores que, integrados aos conhecimentos aprendidos e construídos promovam o pleno exercício da cidadania.

Os objetivos de aprendizagem dos componentes curriculares estabelecidos pela BNCC visam a aprendizagem e o desenvolvimento global do aluno, determinando competências e habilidades básicas que cada criança deve adquirir em cada uma das fases da sua vida escolar. É fundamental que tenhamos um olhar observador e atento ao que o aluno está alcançando em termos de resultados, devemos rever a metodologia de ensino, repensar de forma efetiva o fazer pedagógico e buscar trabalhar com uma didática lúdica, interdisciplinar, diferenciada, atendendo as especificidades de cada aluno.

Durante o curso foram significativas as contribuições do graduando de Ciências da Computação, Lucas Salvino (UFCG), que nos trouxe uma discussão sobre recursos tecnológicos avançados, como a inteligência artificial, recursos como o *Deep Learning* (pensamento acelerado), que é um *software* através qual dados coletados e algoritmos executam tarefas de maneira evoluída e rápida, capazes de derrotar um ser humano em um jogo de perguntas e respostas em poucos segundos. Ele também falou a respeito do Óculos *Rift* que é para “*games*” (jogos). Ele aumenta a imersão na realidade virtual, fazendo o jogo parecer real ou fazendo o jogador se sentir inserido nele.

O palestrante abordou aspectos positivo e negativos destas tecnologias, ressaltando que, “a tecnologia não dispensa o professor, mas ele deixa de ser o dono do saber e passa a ser o mediador ”, efetivamente, porque aumenta as condições de acesso à informações e

aprendizagens em escala nunca antes conhecida em mundo tão fantástico quando desconhecido e perigoso.

A Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marta Celino (UFCG) apresentou contribuições a respeito das tecnologias como recurso pedagógico, asseverando que “pensar o recurso está atrelado a pensar o objetivo”, que o professor deve escolher o recurso a partir da dificuldade do aluno, objetivando o seu desenvolvimento. É papel do professor manter a atenção do aluno por meio de atividades atrativas, que despertem o interesse em participar da prática.

O curso também proporcionou seminários e palestras com o tema alfabetização e letramento na área de linguagens e desenvolvimento do raciocínio lógico matemático. Dentre outros autores, estudamos Artur Gomes de Moraes (2012) sobre alfabetização associada aos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), enfatizando o desenvolvimento dos aprendizes a partir das práticas de leitura e produção textual, ou seja, numa perspectiva de letramento. Os exames constataam que as práticas de aquisição da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental apresentam o déficit, resultando em baixos níveis de aprendizagem ou chamado “analfabetismo funcional” e, muitas vezes, a permanência do analfabetismo absoluto.

Moraes (2012) mostra a importância de usar os exames do SAEB como parâmetro para replanejar as políticas e poder superar as dificuldades. O desenvolvimento da capacidade de dominar o código linguístico ajuda no processo de compreensão das práticas de leitura e escrita, bem como na sua utilização na vida cotidiana, aumentando as oportunidades de redução das desigualdades sociais e aumento da justiça social.

As professoras Joyce Almeida (diretora de uma escola da comunidade) e Umbelina Rodrigues (SEDUC/CG)<sup>5</sup> abordaram o tema “Como alfabetizar ensinando matemática”, alertando que a Matemática não é só números, é leitura e compreensão de texto, é uma linguagem que possui conceitos e ideias para formar alunos que leiam e compreendam todos os significados. A alfabetização matemática está dividida por eixos: números, álgebra, medidas e grandezas, geometria e probabilidade e estatísticas. Estes devem ser garantidos independente da avaliação externa, pois são direitos dos alunos. Para além desses temas, foram abordados, interdisciplinaridade, educação integral e planejamento em forma de sequência didáticas, inclusive, quando elaborarmos, apresentamos e analisamos sequências elaboradas por nós (residentes) com diversos temas.

---

<sup>5</sup> Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande/PB.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação e participação no curso de formação, primeira etapa do PRP, subprojeto de Pedagogia, impulsionou-nos a realizar uma reflexão mais acurada sobre a importância da formação docente para os graduandos de licenciatura e para a imersão no ambiente escolar por ocasião dos estágios supervisionados.

O curso de formação embora nos dê uma nova perspectiva a respeito da prática docente, não é suficiente para a preparação do professor. Necessário é, que haja uma busca contínua pelo aperfeiçoamento, a fim de (re)aprender, ou (re)significar as teorias e as práticas diárias, buscando aprimorá-las.

O desenvolvimento do curso de formação nos permitiu conhecer mais a respeito da história da formação docente e como devemos estar em permanente processo de aprendizado, pois precisamos nos manter atualizados a respeito dos objetivos a serem alcançados na educação das crianças e em como alcançá-los já que as tecnologias estão sempre evoluindo e as Leis que servem de base para a educação sofre alterações, para atender a necessidades que surgem em função das diferenças, associadas às mudanças nos tempos e nos espaços.

Consideramos o aprendizado do curso de formação enriquecedor e de grande valia para a nossa prática enquanto residentes. Compreendemos melhor a respeito da alfabetização e do letramento em diversas áreas do conhecimento, que podem promover aprendizagens com criatividade, imaginação, autonomia, senso crítico e liberdade de pensar.

Também enquanto discentes ampliamos e intensificamos, nosso processo educativo com qualidade para que, nessa perspectiva, possamos criar situações que provoquem nos estudantes o desejo de experimentar situações de aprendizagem para seu pleno desenvolvimento pessoal, social, político, cultural e estético, como conquista individual e coletiva.

**Palavras-chave:** Educação. Formação docente. Aprendizagem. Residência Pedagógica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC 2017. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> > Acesso em 16 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília: MEC 2013.

GATTI, Bernadete Angelina. BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, p. 37-53 e 117-131 2009.

LIMA, Maria Socorro Lucena; GOMES, Marineide de Oliveira. Redimensionando o papel dos profissionais da educação: algumas considerações. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. (Orgs.) – 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAIS, Artur Gomes de. **Políticas de avaliação da alfabetização**: discutindo a Provinha Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, ANPEd, v.17, n.51, p.551-572, set.-dez. 2012.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.